

Videolar-Innova S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	19
Balancos patrimoniais	22
Demonstrações de resultado	23
Demonstrações do resultado abrangente	24
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	25
Demonstrações dos fluxos de caixa	26
Notas explicativas às demonstrações financeiras	27

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A administração da Videolar-Innova S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021**, com suas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, que contemplam os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aplicáveis às suas operações.

2021: UM ANO DE DESAFIOS HISTÓRICOS

Ainda sob os efeitos da pandemia de COVID-19, o ano de 2021 foi marcado por dois desafios enfrentados com êxito: a garantia de fornecimento aos clientes sob uma inflexão da demanda a volumes sem precedentes e a conclusão do projeto que tornou a petroquímica de Triunfo (RS) autoprodutora e autossuficiente em energia elétrica e vapor a partir de fonte renovável, a biomassa de resíduos florestais, em substituição ao petróleo e carvão.

Essas duas frentes de trabalho, desempenhadas sob protocolos sanitários altamente restritivos, nos desafiaram de todas as formas possíveis.

Nossa atividade industrial foi classificada como de caráter essencial à sociedade e, logo após um período de quase inércia no início da pandemia e por praticamente todo o segundo trimestre, houve a partir do terceiro trimestre uma grande e repentina reação da demanda com forte incremento nas vendas, num chamamento à nossa capacidade de adaptação, diálogo com fornecedores e sobretudo com a manutenção da segurança e integridade dos colaboradores. Dessa forma, nossos clientes seguiram recebendo produto sem qualquer sobressalto ou intermitência.

Nesse mesmo contexto, concluímos as obras da Central de Geração de Vapor e Energia (CGVE), erguida na planta petroquímica em Triunfo (RS). O projeto gera 30.000 kW de potência instalada a partir de fonte 100% renovável: a biomassa proveniente de restos florestais de acácia, pinus, eucalipto, resíduos vegetais, cascas de arroz e sobras de serrarias na forma de cavacos, em substituição às fontes energéticas não renováveis de origem fóssil.

A petroquímica de Triunfo (RS) já havia modificado em 2019 parte de sua matriz energética para o gás natural e, na sequência, a Central de Geração de Vapor e Energia foi o grande divisor de águas no topo de nossa agenda em sustentabilidade. Hoje, a Innova tem neutralizadas 80% de suas emissões de gases do efeito estufa nos escopos 1 e 2. Nosso compromisso é ambicioso: até 2024, serão 100% das emissões neutralizadas.

Essa guinada foi apresentada como *case* de sustentabilidade pelo Banco do Brasil na 26ª Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (COP26), que contou com a presença de líderes das 20 maiores economias do mundo. A bandeira da economia verde, com eficiência em recursos energéticos e inclusão social está na raiz do projeto que, efetivamente, gera impacto social virtuoso para a cadeia florestal num raio de 300 km do Polo Petroquímico de Triunfo (RS).

Central de Geração de Vapor e Energia Elétrica (CGVE)





Em dezembro de 2021 foi incorporada à Innova a empresa RiMO S.A., fabricante de suportes físicos de mídia (discos Blu-ray, DVDs, CDs) para os mercados de música, vídeo e *games*, além de cartões de ativação de crédito nos caixas de varejo (*gift cards*).

A planta fabril da RiMO, no Polo Industrial de Manaus, conta também com um parque gráfico dedicado ao segmento de embalagens especiais.

O próximo passo, após a incorporação, é a implantação de um parque para injeção de potes plásticos para sorvetes.

QUEM SOMOS

A Innova traz em seu DNA toda a experiência trilhada pela Videolar, indústria de fabricação e gravação das chamadas mídias físicas (fitas de vídeo VHS, áudio cassetes, disquetes, *pen drives*, CDs, DVDs e discos Blu-ray).

No decorrer da trajetória, foi vislumbrada no final dos anos 90 a chance de alçar a Companhia da condição de maior consumidora nacional de poliestireno à fabricante da resina. A Videolar ergueu então, em Manaus, a primeira petroquímica da Região Norte, com produção iniciada em 2002.

O poliestireno era matéria-prima dos estojos de CDs e das próprias fitas VHS, além de diversos outros itens de indústrias instaladas no Polo Industrial de Manaus, como a de eletroeletrônicos e eletrodomésticos, com seus gabinetes dos refrigeradores e TVs, dos materiais de escritório e escolares. Assim aconteceu a reinvenção em petroquímica a partir de uma indústria de mídias.

Em 2011, entrariam no alvo os transformados plásticos: mais de US\$ 100 milhões foram investidos na fabricação de tampas plásticas para garrafas PET de águas minerais, sucos, refrigerantes e uma



planta de última geração, no estado da arte, para a fabricação de filmes plásticos de polipropileno biorientado, (BOPP) e de laminados plásticos em bobinas de poliestireno (PS) e polipropileno (PP), itens essenciais à indústria de embalagens alimentícias. Tudo isso formando mão de obra especializada no Amazonas.

Em 2014, a Videolar comprou da Petrobrás por US\$ 500 milhões a petroquímica Innova, situada no Polo Petroquímico de Triunfo (RS), fabricante integrada do monômero de estireno (SM) e dos poliestirenos de uso geral (GPPS) e alto impacto (HIPS), todos com papel essencial na economia. Esse movimento consolidou posições altamente estratégicas com petroquímicas instaladas no Norte e no Sul do país, cobertura nacional de ponta a ponta.

Na nova gestão foi implantada, já em 2016, a duplicação do parque de tancagem da planta e a fabricação do poliestireno expansível (EPS), presente em aplicações da indústria farmacêutica à construção civil e nas obras de infraestrutura, como estradas e pontes.

Em comum entre todos os produtos, da Videolar à Innova, das fitas de vídeo às resinas, sempre esteve o plástico, ao longo das sucessivas reinvenções.

PETROQUÍMICA DE PONTA

A Unidade II, em Triunfo (RS) é também sede do Centro de Tecnologia em Estirênicos (CTE), referência internacional na produção de patentes para o segmento, dotada de tecnologia e profissionais especializados para reproduzir as exatas necessidades dos clientes e desenvolver aplicações da resina capazes de atender suas necessidades renovadas.

Na petroquímica de Manaus, iniciamos com pioneirismo a produção do ECO-PS[®], resina com até 30% de material pós-consumo em sua composição. A coleta seletiva é realizada em parceria com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), laureada pela UNESCO com o Prêmio em Educação Para o Desenvolvimento Sustentável. Uma frente socioambiental importante na região amazônica, tanto pela geração de renda quanto na despoluição da área urbana de Manaus.

TRANSFORMAÇÃO DE RESINAS PLÁSTICAS

Na área de transformação das resinas termoplásticas, fabricamos filmes de polipropileno biorientado (BOPP) com até cinco camadas, laminados em bobinas de poliestireno (PS) e polipropileno (PP) e tampas plásticas para garrafas PET de águas minerais, sucos e refrigerantes. Todas essas plantas estão situadas na Unidade I, em Manaus (AM), indústria dotada de tecnologia no estado da arte.

A gama das aplicações dos filmes plásticos de BOPP impressiona e é visível nos corredores dos supermercados: eles estão por toda parte, onipresentes nas embalagens flexíveis, 100% recicláveis e com barreira eficaz contra o oxigênio. Além da proteção, os filmes plásticos de BOPP devem ser capazes de entregar o melhor resultado visual, em dia com recursos gráficos cada vez mais arrojados.

O BOPP preserva o frescor e as propriedades de alimentos como chocolates, biscoitos, salgadinhos aperitivos, barras de cereais, picolés e inúmeros outros. Está também nas fitas adesivas, rótulos de garrafas e num universo de outras aplicações.

A fabricação de tampas plásticas para águas minerais, sucos e refrigerantes, com capacidade de mais de 300 milhões de unidades/mês, atende às marcas mais prestigiosas do mercado brasileiro e conquistou a rigorosa certificação FSSC 22000 na gestão de riscos voltados à segurança dos alimentos.

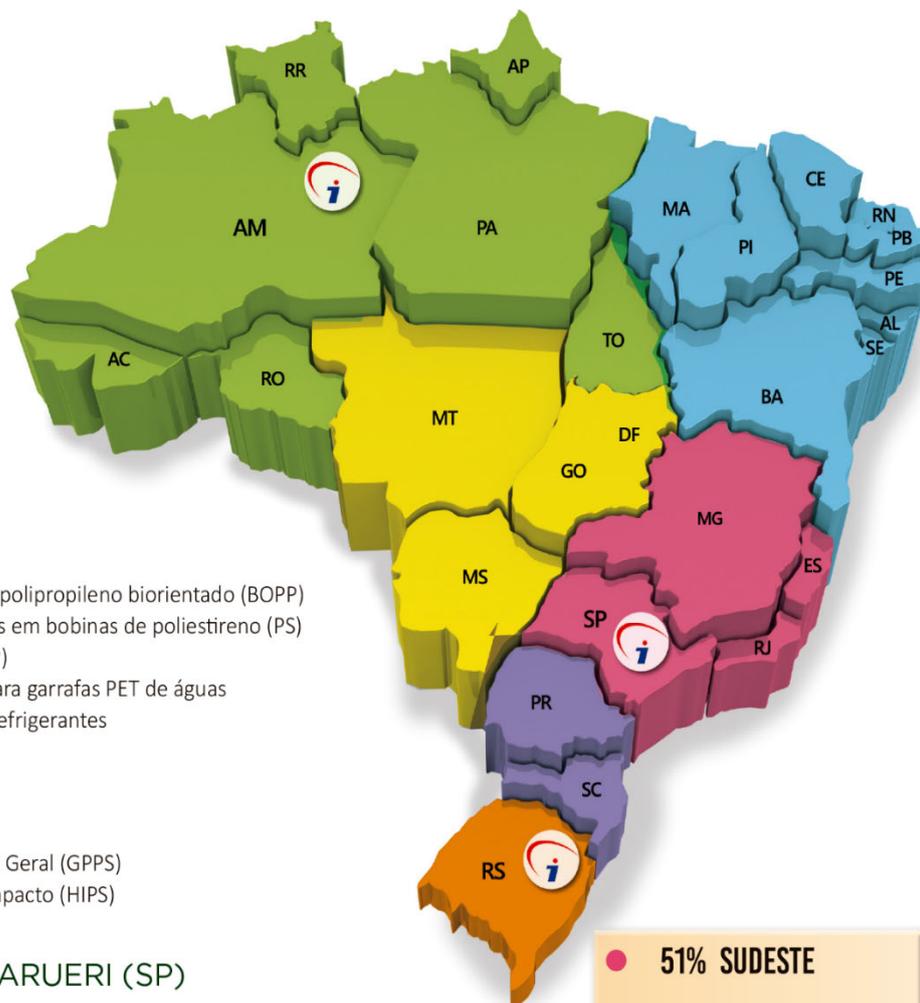
Todas as plantas industriais da Innova estão devidamente certificadas de acordo com as normas ISO 9001 e 14000.

LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA

A localização das plantas fabris em Manaus (AM) e Triunfo (RS), assegura cobertura nacional, de ponta a ponta, por todo o Brasil.

Atuação Nacional, Cobertura Regional e Estratégica

VOLUME PERCENTUAL DE VENDAS POR REGIÃO



MANAUS (AM)

UNIDADE I:

- Filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP)
- Laminados plásticos em bobinas de poliestireno (PS) e polipropileno (PP)
- Tampas plásticas para garrafas PET de águas minerais, sucos e refrigerantes
- ECO-PS®

UNIDADE IV:

- Poliestireno de Uso Geral (GPPS)
- Poliestireno Alto Impacto (HIPS)

ALPHAVILLE, BARUERI (SP)

ESCRITÓRIO CENTRAL:

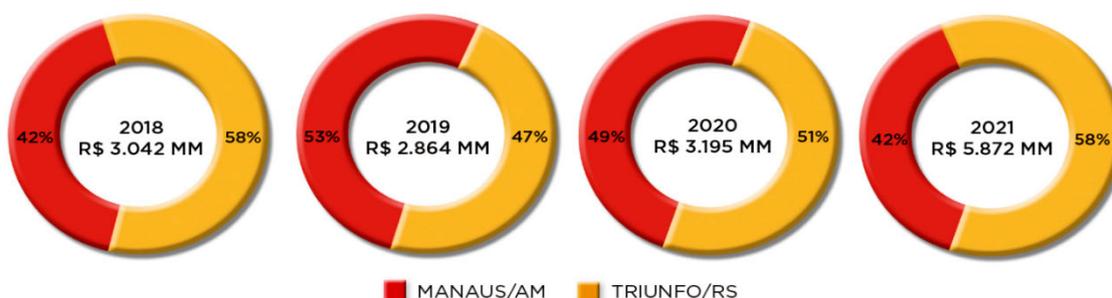
- Vendas e Administração

TRIUNFO (RS)

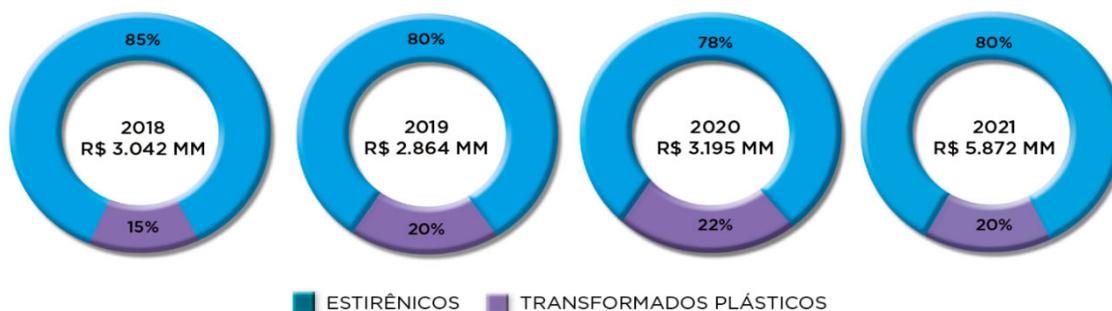
UNIDADE II:

- Etilbenzeno (EB)
- Monômero de estireno (SM)
- Poliestireno de Uso Geral (GPPS)
- Poliestireno Alto Impacto (HIPS)
- Poliestireno Expansível (EPS)
- Centro de Tecnologia em Estirênicos (CTE)

FATURAMENTO BRUTO POR ORIGEM GEOGRÁFICA



FATURAMENTO BRUTO POR SEGMENTO



VIDEOLAR-INNOVA S/A DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (EM MILHARES DE R\$)

	2021	2020
ATIVO TOTAL	3.817.645	3.507.268
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.788.518	2.196.589
ENDIVIDAMENTO (DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA)	-	1,02x
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.872.628	3.195.128
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.174.223	2.816.744
LUCRO BRUTO	1.551.938	640.835
EBITDA (LAJIDA)	1.308.347	671.337
Margem EBITDA (%)	25,29%	23,83%
RESULTADO FINANCEIRO	(71.079)	(249.080)
LUCRO LÍQUIDO	833.813	244.588
INVESTIMENTOS REALIZADOS (CAPEX)	116.687	154.015

PENSAMENTO CORPORATIVO:

MISSÃO

Liderar em nossos negócios, oferecendo confiança e laços fortes aos clientes e colaboradores, postura sustentável ao meio ambiente e desejado retorno aos acionistas.



VISÃO

Saber ouvir, desenvolver e entregar: há sempre uma necessidade clara. Uma Companhia líder apresenta soluções.

VALORES

Conduta comprometida e ílibada;
Capacidade de adaptação;
Foco total nas demandas do cliente.

GOVERNANÇA & ORGANIZAÇÃO

A Innova busca de forma incessante o aperfeiçoamento das suas práticas de governança corporativa. Está no cerne de nossa filosofia empresarial atuar como exemplo de boas práticas e transparência perante os colaboradores, acionistas, clientes e comunidade. A Companhia mantém uma área de *Compliance*, que oferece aos colaboradores e *stakeholders* em geral um canal de denúncias com gestão terceirizada, objetivando gerar ciência de fatos e situações que devam ser conhecidas e sobre as quais a Innova deva empreender alguma ação.

A estrutura de governança da Innova conta com uma área de Auditoria Interna, incumbida de monitorar essas boas práticas da Companhia e avaliar os sistemas de controles internos.

O Manual do Colaborador da Innova, disponibilizado à integralidade dos funcionários, objetiva ser referência para a conduta pessoal e profissional, tomando como base os valores e princípios que sustentam nossa Missão, Visão e Valores.

Ética na prática

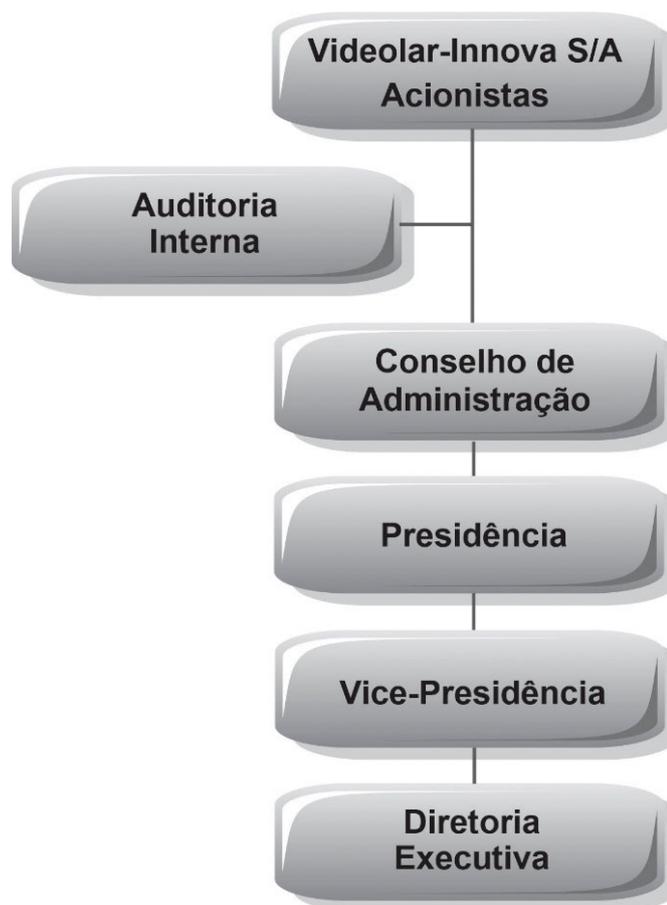
Desde sempre e contemplando também o ensejo da edição da Lei Anticorrupção no Brasil, em 2014, a Companhia desenvolve iniciativas internas que dão aos seus colaboradores amplo conhecimento do referido diploma legal, disseminando a orientação necessária para o melhor entendimento prático e adesão ao espírito que moveu a edição da referida lei.

Mesmo tendo capital fechado, a Innova desde 2005 conta com empresa de auditoria externa, integrante do grupo conhecido como *Big Four*, para análise dos seus resultados.

A estrutura organizacional da Innova está desenhada para integrar os processos críticos na gestão da Companhia:

O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia. Cabe a ele fixar a orientação geral dos negócios e definir missão, objetivos, estratégias e diretrizes.

A Diretoria Executiva funciona como órgão colegiado e exerce a gestão dos negócios de acordo com a missão, os objetivos, estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.



PERSPECTIVAS PARA 2022

Os produtos estirênicos e transformados plásticos continuam exercendo seu papel no combate ao coronavírus e a Innova garantiu o seu abastecimento aos clientes. No auge das restrições sanitárias e diante de uma retomada sem precedentes, a capacidade produtiva foi ampliada, fruto de empenho do time e dos investimentos intensivos previamente realizados em todas as plantas industriais.

A Innova tem notório impacto socioeconômico nas regiões onde atua, aumentando a competitividade em toda a cadeia produtiva da petroquímica e dos transformados plásticos com foco estrito na disciplina financeira e sustentabilidade em seu sentido mais amplo. A Companhia investe rumo à neutralização de 100% de suas emissões de gases do efeito estufa até 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, pela confiança e incentivo. Aos clientes pela sua preferência. Aos fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e parceria. E aos nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação, fundamentais para o nosso comprovado papel de liderança nos segmentos que atuamos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Videolar Innova S.A.
Manaus – AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar-Innova S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Videolar-Innova S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

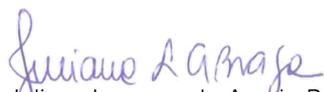
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de Janeiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Juliana Leonam de Araujo Braga
Contadora CRC 1SP-251062/O-5

Videolar-Innova S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	84.043	65.088	Empréstimos e financiamentos	16	-	714.051
Contas a receber	9	874.227	714.029	Fornecedores	17	645.817	492.025
Instrumentos financeiros	28	-	5.078	Obrigações com pessoal e encargos sociais		52.495	37.716
Estoques	10	594.388	261.551	Imposto de renda e contribuição social a recolher		34.751	-
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	25.c	-	1.347	Obrigações fiscais		14.182	17.318
Impostos a recuperar	11	61.952	117.893	Adiantamento de clientes		13.497	2.700
Outras contas a receber		3.846	1.869	Dividendos a pagar	19.d	724	-
Adiantamento a fornecedores		1.618	1.279	Juros sobre capital próprio a pagar	19.d	28.636	-
Despesas antecipadas		7.933	1.750	Outras obrigações		45.101	32.410
		<u>1.628.007</u>	<u>1.169.884</u>			<u>835.203</u>	<u>1.296.220</u>
Não circulante				Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	25.a	-	74.578	Imposto de renda e contribuição social diferido	25.a	66.019	-
Contas a receber	9	1.367	4.621	Provisão para contingências	18	127.905	14.459
Impostos a recuperar	11	53.431	103.015			<u>193.924</u>	<u>14.459</u>
Depósitos judiciais	18	7.916	10.929				
		<u>62.714</u>	<u>193.143</u>	Patrimônio líquido			
Investimentos	12	-	3.550	Capital social	19.a	1.373.666	1.373.666
Propriedade para investimento	13	273.161	268.299	Reserva de ágio na alienação de ações próprias	19.g	1	1
Imobilizado	14	1.600.491	1.617.203	Reserva incentivos fiscais	19.e	936.377	586.062
Intangível	15	253.272	255.189	Reserva legal	19.c	100.061	58.370
		<u>2.126.924</u>	<u>2.144.241</u>	Retenção de lucros	19.f	268.851	68.683
				Ajuste de avaliação patrimonial	19.b	109.562	109.807
				Patrimônio líquido			
						<u>2.788.518</u>	<u>2.196.589</u>
		<u>3.817.645</u>	<u>3.507.268</u>			<u>3.817.645</u>	<u>3.507.268</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	20	<u>5.174.223</u>	<u>2.816.744</u>
Custo dos produtos vendidos	21	<u>(3.622.285)</u>	<u>(2.175.909)</u>
Lucro operacional bruto		<u>1.551.938</u>	<u>640.835</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e vendas	22	(379.654)	(189.932)
Resultado de equivalência patrimonial	12	11.706	3.550
Realização de mais valia		(8.606)	(8.433)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	<u>(4.921)</u>	<u>91.772</u>
		<u>(381.475)</u>	<u>(103.043)</u>
Receitas financeiras	24	3.062	103.591
Despesas financeiras	24	(56.628)	(79.427)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	24	<u>(17.513)</u>	<u>(273.244)</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas		<u>(71.079)</u>	<u>(249.080)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>1.099.384</u>	<u>288.712</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	25.b	(117.197)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	<u>(148.374)</u>	<u>(44.124)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>833.813</u></u>	<u><u>244.588</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Resultado do exercício	833.813	244.588
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	833.813	244.588
Resultado abrangente atribuível aos		
Acionistas controladores	833.813	244.588
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>833.813</u></u>	<u><u>244.588</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de ágio na alienação de ações próprias	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucro			Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
					Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	686.832	(79.732)	-	109.968	46.141	1.107.792	1.183	-	1.872.184
Alienação de ações em tesouraria	-	79.732	1	-	-	-	-	-	79.733
Aumento de capital social integralizado	686.834	-	-	-	-	(686.834)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	84	-	-	-	-	84
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	244.588	244.588
Realização de ajuste patrimonial	-	-	-	(245)	-	-	-	245	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	12.229	-	-	(12.229)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	165.104	-	(165.104)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	67.500	(67.500)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.373.666	-	1	109.807	58.370	586.062	68.683	-	2.196.589
Distribuição de dividendos anuais 2020	-	-	-	-	-	-	(68.000)	-	(68.000)
Distribuição de dividendos intercalares 2021	-	-	-	-	-	-	(84.046)	-	(84.046)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(89.838)	(89.838)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	833.813	833.813
Realização de ajuste patrimonial	-	-	-	(245)	-	-	-	245	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	41.691	-	-	(41.691)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais IRPJ	-	-	-	-	-	48.719	-	(48.719)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais ICMS	-	-	-	-	-	301.596	-	(301.596)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	352.214	(352.214)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.373.666	-	1	109.562	100.061	936.377	268.851	-	2.788.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		833.813	244.588
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Depreciação e amortização	14 e 15	113.805	109.163
Realização de mais valia		8.606	8.433
Imposto de renda diferido e corrente		265.571	44.124
Baixa do ativo imobilizado e intangível		20.741	1.950
Provisão para contingências	18	109.353	(2.762)
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	9	33	(4.317)
Provisões para obsolescência	10	1.042	(2.112)
Ganho de ajustes a valor justo	13	(14.731)	(9.325)
Outras receitas com créditos tributários		-	(131.257)
Equivalência patrimonial		(11.706)	(3.550)
Provisão para impairment de imobilizado		2.965	
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos, obrigações fiscais, depósitos judiciais, contas a pagar e contas a receber, líquido		21.442	109.544
		<u>1.350.934</u>	<u>364.479</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber		(138.720)	(320.014)
Estoques		(324.836)	21.758
Impostos a recuperar		36.293	12.691
Outros		1.689	6.216
		<u>(425.574)</u>	<u>(279.349)</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		117.549	(76.574)
Obrigações com pessoal e encargos sociais		14.210	20.218
Outros		14.558	10.110
		<u>146.317</u>	<u>(46.246)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>1.071.677</u>	<u>38.884</u>
Impostos pagos sobre o lucro		(15.811)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>1.055.866</u>	<u>38.884</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado		(101.763)	(11.903)
Aquisições de intangível		(1.313)	(66)
Caixa advindo de incorporação de controlada		89	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		<u>(102.987)</u>	<u>(11.969)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos	16	212.101	418.644
Pagamento de financiamentos e juros	16	(933.501)	(447.695)
Recuperação de ações		-	(35.990)
Dividendos		(151.322)	-
Juros sobre capital próprio		(61.202)	79.733
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		<u>(933.924)</u>	<u>14.692</u>
Aumento no caixa e equivalentes		<u>18.955</u>	<u>41.607</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		65.088	23.481
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>84.043</u>	<u>65.088</u>
Variação no caixa e equivalentes no exercício		<u>18.955</u>	<u>41.607</u>
Divulgação adicional - transações não-caixa			
Aquisição de imobilizado		13.987	136.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Videolar-Innova S.A. (“Videolar-Innova” e “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Avenida Torquato Tapajós, nº 5.555, Bloco B, Tarumã, CEP 69041-025, localizada em Manaus - AM.

A Companhia atua no segmento de Resinas Plásticas (Estireno e Poliestireno e Poliestireno Expansível), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros, além de atuar no segmento de transformados plásticos como, por exemplo, Tampas Plásticas e BOPP (filme de polipropileno bi-orientado).

Após a incorporação da Innova S.A. em 2015, a Companhia se consolidou no segmento Petroquímico.

A Companhia está compromissada, no curto prazo, a neutralizar as suas emissões de CO₂. Em 05 de junho de 2021 consolidou-se um grande passo rumo ao carbono zero, quando a Central de Cogeração de Vapor e Energia Elétrica (CGVE) entrou em Operação Comercial, conforme Despacho ANEEL nº 1.594/2021.

A petroquímica de Triunfo (RS) tornou-se autoprodutora e autossuficiente na geração de energia elétrica e vapores a partir de fonte 100% renovável, a biomassa, em substituição às fontes energéticas de origem fóssil (óleo combustível e carvão mineral, utilizados pelo fornecedor de vapores). A CGVE é movida a biomassa dos resíduos vegetais sólidos de madeira pinus, eucalipto, cascas de arroz e sobras de serrarias sob a forma de cavacos.

Em 18 de dezembro de 2019 a Companhia adquiriu 40% das ações da empresa Rimo S.A. que atua no mercado de games, tecnologia, música e filmes através da replicação de CD, DVD e Blu-ray, embalagens e produtos gráficos, bem como a distribuição destes produtos.

Após adquirir mais 60% das ações da empresa Rimo S.A., em 14 de outubro de 2021, a Videolar-Innova passou a ser titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da Rimo S.A.

Com isto, em 30 de dezembro de 2021, os administradores das Partes resolveram pela incorporação por acreditarem que a efetiva integração das atividades da Rimo constitui a melhor estratégia para os negócios de ambas. Todos os bens e direitos da Companhia passou à Innova por sucessão universal. O valor do patrimônio líquido da Rimo S.A. na data da incorporação era de R\$ 15.256.

Após a reorganização societária, a Companhia passou a contar com quatro parques fabris, sendo três em Manaus, no Estado do Amazonas, e um em Triunfo, no Rio Grande do Sul.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de janeiro de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Reestruturação societária – Incorporação de controlada

Em 14 de outubro de 2021 a Companhia adquiriu mais 60% das ações da empresa Rimo S.A. e sua participação acionária aumentou de 40% para 100%. Com isto, passou a obter o controle sobre a Rimo S.A..

Conforme AGE e ARCA registradas em 30 de dezembro de 2021, foi aprovado o Protocolo de Incorporação e Justificativa, tendo por objeto a incorporação da controlada Rimo S.A. que resultou resumidamente: (a) na transferência da totalidade dos ativos e passivos da incorporada para a incorporadora; e (b) na extinção da incorporada, ao qual será sucedida integralmente pela incorporadora em seus direitos e obrigações.

O laudo de avaliação foi realizado por empresa especializada.

No período de 1 de janeiro de 2021 até a data base da incorporação, a Rimo S.A. contribuiu com uma receita bruta no montante de R\$ 57.536 e lucro líquido de R\$ 6.383.

Demonstramos abaixo os valores incorporados referentes a data base 30 de dezembro de 2021:

Ativo	Valor	Passivo	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	89	Fornecedores	905
Contas a receber	6.794	Fornecedores - licenciamentos	5.494
Contas a receber – licenciamentos	7.768	Obrigações trabalhistas	570
Estoques	9.043	Obrigações tributárias	1.453
Impostos a recuperar	52	Partes relacionadas	232
Outros créditos	<u>553</u>	Outras contas a pagar	1.518
Total do ativo circulante	<u>24.299</u>	Outras provisões	<u>60</u>
		Total do passivo circulante	<u>10.232</u>
Depósitos judiciais	531	Provisão para demandas judiciais	4.093
Impostos a recuperar	2.060	Outras provisões	<u>4.707</u>
I. renda e contribuição social diferidos	3.343		
Imobilizado	3.104	Total do passivo não circulante	<u>8.800</u>
Intangível	<u>951</u>	Total do passivo circulante e não circulante	<u>19.032</u>
Total do ativo não circulante	<u>9.989</u>	Ativos líquidos	<u>15.256</u>
Total do ativo circulante e não circulante	<u>34.288</u>	Acervo líquido incorporado	<u>15.256</u>

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - mensuração de perdas de créditos esperadas para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota 14** - Imobilizado – determinação da vida útil e redução ao valor recuperável;

- **Nota 15** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 18** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;
- **Nota 25.a** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 25.b** – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 13** - Propriedade para investimentos;
- **Nota 28** - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Títulos de dívida e patrimoniais a VJORA são mensurados pelo valor justo;

- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo;

6 Principais políticas contábeis

Apresentamos abaixo um índice das principais políticas contábeis as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

- **6.1** - Combinação de negócios
- **6.2** - Receita operacional
- **6.3** - Subvenção e assistências governamentais
- **6.4** - Receitas e despesas financeiras
- **6.5** - Moeda estrangeira
- **6.6** - Imposto de renda e contribuição social
- **6.7** - Estoque
- **6.8** - Imobilizado
- **6.9** – Ativos intangíveis e ágio
- **6.10** - Propriedade para investimento
- **6.11** - Instrumentos financeiros
- **6.12** - Redução ao valor recuperável - *Impairment*
- **6.13** - Provisões
- **6.14** - Benefícios a empregados
- **6.15** - Arrendamentos
- **6.16** - Mensuração do valor justo

6.1 Combinação de negócios

As combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingente são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Investimentos

Investimentos em empresa controlada ou não controlada são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

Com base no método de equivalência patrimonial os investimentos são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, e adicionando das mudanças após a aquisição das participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da empresa controlada ou não controlada com base no método de equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da empresa controlada ou não controlada, a investidora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, caso tenha materialidade.

6.2 Receita operacional

Venda de bens

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

Incentivos fiscais

A receita decorrente de incentivos fiscais descritos na nota explicativa nº 27, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas, objeto de compensação desse incentivo. As condições estabelecidas para a manutenção dos incentivos fiscais foram devidamente cumpridas pela Companhia.

6.3 Subvenção e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos Federal, Estadual e Municipal e de que serão auferidas e são registradas como Outras Receitas no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Companhia é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas, Rio Grande do Sul e Governo Federal:

a. ICMS

No Estado do Amazonas

Os créditos por incentivos fiscais relativos ao reembolso do ICMS, junto ao Estado do Amazonas, foram contabilizados no resultado do exercício, em contrapartida do ICMS à recolher, no montante de R\$ 192.714 (R\$ 130.366 em 2020), conforme nota explicativa 27.

No Estado do Rio Grande do Sul

A Companhia possui os Benefícios Financeiros do FUNDOPEM/RS - Fundo Operação Empresa/RS e do INTEGRAR/RS - Programa de Harmonização de Desenvolvimento da Indústria do Rio Grande do Sul, previstos no Decreto 49.205/12 e o crédito presumido de ICMS para revenda interestadual de ABS concedido através do Decreto nº 46.070/2008 alterado pelo Decreto 51.832/2014.

A Companhia atendeu aos requisitos do CPC 07 - “Subvenção e Assistência Governamental” para seu reconhecimento e essa reserva para investimentos foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia no montante de R\$ 108.882 (R\$ 34.738 em 2020) de FUNDOPEM, conforme nota explicativa 27.

b. Imposto de renda

A Companhia, nas suas unidades de Manaus, possui aprovação de seu empreendimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, gozando dos direitos de isenção e redução do imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis, devendo capitalizar o valor do benefício de acordo com a MP no 2.199-14 artigo 1º alterado pela Lei no 12.715, de 2012 artigo 69.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para fruição desses incentivos.

c. IPI

IPI - Produtos produzidos na ZFM, Decreto no 7.212/10 artigo 81, inc.II.

d. PIS / Cofins

PIS/COFINS - Lei no 10.996/2004 artigos 3º e 4º.

e. Imposto de importação

Decreto-Lei nº 288/1967 artigo 7º.

6.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

6.5 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

6.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.7 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

6.8 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes.

(iii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, em anos, no ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Informática	5
Benfeitorias/instalações	32
Máquinas, equipamentos e ferramentas	16
Móveis e utensílios	13
Veículos	5
Aeronave	10
Outros	11

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.9 Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

	Anos
Marcas e patentes	8
Software	5

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

6.10 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

6.11 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, quando necessário, analisa pontualmente a contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

Capital social

Ações ordinárias

Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32.

Ações preferenciais

A Companhia não emitiu ações preferenciais resgatáveis no período.

Os dividendos prioritários, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de ágio na alienação de ações próprias.

Aumento de capital social integralizado

O aumento de capital social é determinado pelos sócios em assembleia geral ou reunião de sócios. No caso de sociedades anônimas, a deliberação sobre o aumento do capital social também poderá ser decidida pelo órgão administrativo, caso haja determinação para isto. Ao se deliberar sobre um aumento é fundamental determinar de que forma será realizado, poderá ocorrer pelo aumento do valor nominal das quotas ou ações já existentes. O capital social de uma Companhia pode ser aumentado por meio da subscrição de ações ou incorporação de reservas.

6.12 Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto as propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos) para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

6.14 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui um único contrato de arrendamento no montante de R\$ 858 na perspectiva de arrendatário que está sujeito ao reconhecimento de ativo de direito de uso, na rubrica de imobilizado, e um passivo de arrendamento, na rubrica de outras obrigações.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo copiadoras, empilhadeiras e outros equipamentos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato bem como os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de Outras Receitas.

6.16 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Disponibilidades	4.827	13.704
Aplicação financeira	79.216	51.384
	<u>84.043</u>	<u>65.088</u>

As aplicações financeiras detidas pela Companhia em títulos de renda fixa refletem as condições usuais de mercado e são remuneradas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). As operações com prazo de aplicação de pelo menos 30 dias foram remuneradas, em média, a 99,57% do CDI (96% em 2020). Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Contas a receber

A seguir apresentamos os montantes a receber, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Cientes	<u>879.086</u>	<u>757.789</u>
	879.086	757.789
Provisão para perda de crédito esperada	<u>(3.492)</u>	<u>(39.139)</u>
	875.594	718.650
Ativo circulante	874.227	714.029
Ativo não circulante	<u>1.367</u>	<u>4.621</u>

Atendendo ao disposto do CPC 48, a Administração adotou o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, determinadas conforme práticas abaixo:

- **Estágio 1** - Considera neste estágio os títulos que ainda estão performando e representa os possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses.
- **Estágio 2** - Considera neste estágio os títulos com Expressivo Risco de Perda, quando há desgaste no risco de crédito do cliente, ou seja, quando o título for direcionado para a empresa de assessoria em cobrança (mesmo se renegociado) e os títulos com necessidade de cobrança jurídica.

A tabela abaixo demonstra a perda de crédito esperada:

	Contas a receber	Provisão para perda de crédito esperada	Percentual de perda estimada	
Estágio 1	A vencer	856.036	(849)	0,1%
	Vencido de 1-30 dias	20.527	(205)	1%
	Vencido de 31-60 dias	80	(4)	5%
	Vencido de 61-90 dias	-	-	10%
	Vencido de 91-180 dias	18	(9)	50%
	Vencido acima de 181 dias	<u>330</u>	<u>(330)</u>	100%
		876.991	(1.397)	-
	<u>2.095</u>	<u>(2.095)</u>	100%	
	2.095	(2.095)	100%	
Total	879.086	(3.492)		

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber é relativamente baixo e não houve transferência relevante de crédito do Estágio 1 para o Estágio 2.

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada é como segue:

	2021	2020
Saldo no início do ano	(39.139)	(43.456)
Saldo incorporado	(353)	-
Complemento de provisão no exercício	(33)	(369)
Reversão da provisão no exercício	-	4.686
Baixa da provisão no exercício (i)	36.033	-
Saldo em 31 de dezembro	(3.492)	(39.139)

- (i) Baixas efetuadas no exercício corrente contra títulos do contas a receber sem perspectiva de recebimento.

10 Estoques

	2021	2020
Matéria-prima	128.855	82.997
Produtos em elaboração	175.614	62.769
Produtos acabados	262.623	102.925
Embalagens	13.866	4.335
Importação em andamento	12.485	5.662
Outros materiais	3.911	3.686
Provisão para obsolescência	(2.966)	(823)
	594.388	261.551

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	2021	2020
Saldo do início do ano	(823)	(2.935)
Saldo incorporado	(1.101)	-
Complemento de provisão	(1.042)	-
Reversão de provisão	-	2.112
Saldo em 31 de dezembro	(2.966)	(823)

Mudanças ocorridas no mercado afetaram o processo de desenvolvimento e homologação de produtos em alguns segmentos acarretando em baixo giro de matérias primas adquiridas para estes casos específicos. Agregado a isto tivemos o processo de incorporação da RIMO S.A, onde absorveu-se a provisão existente na entidade. Deste modo fechamos o exercício de 2021 com as seguintes provisões: BOPP R\$ 1.550, Tampas Plásticas R\$ 245, Poliestirenos/EPS R\$ 70, Mídias/Injetados/Gráfica (Incorporação) R\$ 1.101.

11 Impostos a recuperar

	2021	2020
ICMS a recuperar	92.993	85.761
PIS/COFINS a recuperar	18.461	6.348
PIS/COFINS processo fiscal (i)	-	18.926
PIS/COFINS processo fiscal (ii)	-	105.151
IRRF a compensar	236	664
IPI a recuperar	900	490
Outros	2.793	3.568
	115.383	220.908
Ativo circulante	61.952	117.893
Ativo não circulante	53.431	103.015

- (i) O processo 0060657.83.2013.4.01.0000 que versa sobre a exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS entre 20/10/2001 a 20/10/2006. O saldo deste crédito tributário no valor de R\$ 18.926, por estar fora do período contemplado na decisão, foi baixado como “perda” e registrado como “outras despesas operacionais” (nota explicativa 23).
- (ii) Em agosto de 2020, foi certificado o trânsito em julgado de ação própria Videolar-Innova S.A. do processo nº 5055615-53.2015.4.04.7100, as quais determinam a exclusão do ICMS da base de Cálculo do PIS/COFINS, e retroagem aos anos de 2010 à 2015. O saldo de R\$ 105.151 foi compensado com tributos federais do exercício corrente.

12 Investimentos

Em dezembro de 2019, a Companhia adquiriu 40% das ações da Rimo S.A. que atua no mercado de games, tecnologia, música e filmes através da replicação de CD, DVD e Blu-ray, embalagens e produtos gráficos, bem como a distribuição destes produtos.

Em 14 de outubro de 2021, a participação da Companhia na Rimo S.A. aumentou de 40% para 100% e a Companhia se tornou controladora da Rimo nesta data (veja nota explicativa 2.b).

O saldo de equivalência patrimonial registrado até a data da incorporação foi de R\$ 11.706.

	Equivalência patrimonial	Investimentos
Saldo em 31/12/2020	-	3.550
Equivalência patrimonial de janeiro a setembro (40%)	107	107
Aquisição participação de 60%	5.483	5.483
Equivalência patrimonial de outubro a dezembro (60%)	6.116	6.116
Incorporação	-	(15.256)
Saldo em 31/12/2021	11.706	-

	Equivalência patrimonial	Investimentos
Saldo em 31/12/2019	-	-
Aquisição participação de 40%	3.550	3.550
Saldo em 31/12/2020	3.550	3.550
	Percentual de participação adquirida	Valor de participação adquirida
Rimo S.A.		
Resultado de janeiro a setembro de 2021	268	40%
Resultado de outubro a dezembro de 2021	6.116	100%
	6.383	6.223
Aquisição dos 60% restantes das ações		
Patrimônio Líquido em setembro de 2021	9.140	60%
Resultado de equivalência patrimonial	-	11.706

13 Propriedade para investimento

	2021	2020
Terrenos e edificações	273.161	268.299
	273.161	268.299

As propriedades para Investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores técnicos externos independentes em 30 de novembro de 2021.

A movimentação do saldo das propriedades para investimento foi como segue:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	268.299	258.974
Adição	-	-
Ganho de ajuste a valor justo (nota 23)	14.731	9.325
Reclassificação propriedade para investimento e imobilizado (nota 14)	(9.869)	-
Total	273.161	268.299

Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício ou parte de um edifício, ou ambas) mantida pelo proprietário para obter renda por meio de aluguel ou para valorização do capital ou para ambas situações, sem a intenção de venda ou uso, que gera fluxos de caixa independentes dos outros ativos.

14 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Peças e Conj. de Reposição	Instalações Industriais	Móveis e Utensílios	Equipos de Processamento de Dados	Veículos	Aeronave	Moldes e Ferramentas	Equip. Telefonia	Obras de Artes Antiguid.	Prov. Perda Impairment (nota 14.1)	Imobilizado em Andamento (nota 14.2)	Spare Parts – Imobil. em Andam. (i)	Mais Valia Imobilizado	Totais
Custo																	
Saldos 31/12/2019	96.319	270.483	1.520.841	1.381	201.862	12.632	13.174	1.089	-	35.574	1.434	-	(9.270)	156.823	40.025	203.479	2.545.846
Adições	-	-	479	-	-	2	-	476	27.143	-	-	-	(132)	122.373	3.674	-	154.015
Baixa	-	-	(46.412)	-	(3.736)	(6.183)	(1.584)	(279)	-	(19.477)	(781)	-	8.918	-	-	-	(69.534)
Transferência	-	6.440	21.010	-	921	414	123	192	-	-	-	152	-	(29.252)	-	-	-
Saldos 31/12/2020	96.319	276.923	1.495.918	1.381	199.047	6.865	11.713	1.478	27.143	16.097	653	152	(484)	249.944	43.699	203.479	2.630.327
Adições	-	46	328	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84.702	31.611	-	116.687
Reclassificação PPI	(152)	10.021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.869
Reclassificação Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	763	-	-	763
Incorporação	-	-	37.221	-	7.701	2.048	1.387	-	-	1.895	-	-	(2.964)	-	-	-	47.288
Baixa	-	-	(1.557)	-	-	(11)	(5)	-	(13.274)	-	(59)	-	484	(8.276)	-	-	(22.698)
Transferência	858	31.004	155.154	2.053	35.288	561	345	96	-	-	-	-	-	(225.359)	-	-	-
Saldos 31/12/2021	97.025	317.994	1.687.064	3.434	242.036	9.463	13.440	1.574	13.869	17.992	594	152	(2.964)	101.774	75.310	203.479	2.782.236
Depreciação																	
Saldos 31/12/2019	-	(119.916)	(639.504)	-	(96.177)	(10.916)	(10.321)	(421)	-	(27.468)	(882)	-	-	-	-	(55.619)	(961.224)
Depreciação do exerc.	-	(8.668)	(82.664)	(12)	(12.760)	(269)	(873)	(304)	(226)	(742)	(60)	-	-	-	-	(12.952)	(119.530)
Baixa	-	-	38.345	-	3.445	6.057	1.484	274	-	17.245	780	-	-	-	-	-	67.630
Saldos 31/12/2020	-	(128.584)	(683.823)	(12)	(105.492)	(5.128)	(9.710)	(451)	(226)	(10.965)	(162)	-	-	-	-	(68.571)	(1.013.124)
Depreciação do exerc.	-	(9.860)	(82.941)	(190)	(13.590)	(287)	(811)	(257)	(1.719)	(764)	(57)	-	-	-	-	(12.952)	(123.428)
Baixa	-	-	1.479	-	-	8	-	-	442	-	26	-	-	-	-	-	1.955
Incorporação	-	-	(34.644)	-	(7.500)	(1.830)	(1.279)	-	-	(1.895)	-	-	-	-	-	-	(47.148)
Saldos 31/12/2021	-	(138.444)	(799.929)	(202)	(126.582)	(7.237)	(11.800)	(708)	(1.503)	(13.624)	(193)	-	-	-	-	(81.523)	(1.181.745)
Saldos 31/12/2021	97.025	179.550	887.135	3.232	115.454	2.226	1.640	866	12.366	4.368	401	152	(2.964)	101.774	75.310	121.956	1.600.491
Saldos 31/12/2020	96.319	148.339	812.095	1.369	93.555	1.737	2.003	1.027	26.917	5.132	491	152	(484)	249.944	43.699	134.908	1.617.203

(i) Spare Parts - imobilizado em andamento: A Companhia adota o critério de classificar os itens sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno no ativo imobilizado já que a entidade espera usá-los por mais de um período, tal prática é aplicada conforme pronunciamento contábil.

14.1 Provisão para perda por redução ao valor recuperável - Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída por imobilizados e peças de reposição de segmentos descontinuados. O montante de R\$ 2.964 (R\$ 484 em 2020) é constituído por itens que não estão em operação, conforme detalhada abaixo:

	2021	2020
Peças de reposição	<u>2.964</u>	<u>484</u>
	<u>2.964</u>	<u>484</u>

Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01(R1) de 6 de agosto de 2010 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos em 31 de dezembro de 2021, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados.

Em 2021, a Companhia efetuou a baixa na provisão no montante de R\$ 484 compostos por itens de estoque de spare parts e o montante de R\$ 2.964 refere-se à implantação de saldo oriundo de empresa incorporada.

14.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da conta de imobilizado em andamento era de R\$ 101.774 (R\$ 249.944 em 2020), e estavam substancialmente representadas pelos projetos: geração de energia e geração de vapor R\$ 24.037 (R\$ 172.076 em 2020), Parada de Manutenção Programada SM R\$ 12.000, Revitalização das Linhas de BOPP R\$ 8.728 e Aquisição de Equipamentos para duplicação da planta de estireno R\$ 4.709.

Todos os demais custos de empréstimos não relacionados à aquisição de ativo imobilizado foram registrados como despesa no período.

15 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Custo	Software	Marcas, direitos e patentes	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Mais valia	Totais
Saldos 31/12/2019	<u>24.513</u>	<u>19.225</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>393.883</u>
Adições	66	-	-	-	66
Baixas	<u>(490)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(490)</u>
Saldos 31/12/2020	<u>24.089</u>	<u>19.225</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>393.459</u>
Adições	1.312	-	-	-	1.312
Reclassificação Imobilizado	(763)	-	-	-	(763)
Incorporação	<u>2.001</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.001</u>
Saldos 31/12/2021	<u>26.639</u>	<u>19.225</u>	<u>243.866</u>	<u>106.279</u>	<u>396.009</u>
Saldos 31/12/2019	<u>(15.377)</u>	<u>(14.795)</u>	<u>-</u>	<u>(105.869)</u>	<u>(136.041)</u>

Custo	Software	Marcas, direitos e patentes	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Mais valia	Totais
Amortização do exerc.	(2.036)	(549)		(88)	(2.673)
Baixas	444	-	-	-	444
Saldos 31/12/2020	(16.969)	(15.344)	-	(105.957)	(138.270)
Amortização do exerc.	(1.761)	(1.568)	-	(88)	(3.417)
Incorporação	(1.050)	-	-	-	(1.050)
Saldos 31/12/2021	(19.780)	(16.912)	-	(106.045)	(142.737)
Valor residual					
Saldos 31/12/2021	6.859	2.313	243.866	234	253.272
Saldos 31/12/2020	7.120	3.881	243.866	322	255.189

15.1 **Ágio**

O ágio reconhecido nos registros da Companhia, como resultado da aquisição da Innova S.A. em 2014 foi determinado conforme segue:

Custo de aquisição	1.105.219
(-) Patrimônio Líquido - Innova em 31/10/2014	(643.381)
(-) Mais valia	<u>(217.972)</u>
Ágio na aquisição	243.866

A aquisição resultou em um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de R\$ 243.866. Ele é consequência de diversos fatores, em especial, da sinergia entre os negócios das duas empresas. Existe também grande sinergia comercial, dado que a Incorporadora também produz Poliestirenos, mas não o Estireno.

A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado tem a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicativos de perda de valor. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associados aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada, para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em um período posterior. Na realização do estudo de recuperação do exercício não identificamos perda por redução ao valor recuperável.

As premissas utilizadas para teste de impairment consideraram taxa de crescimento na perpetuidade de 1,00% e taxa de desconto real de 11,6% num horizonte de 5 anos.

16 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Encargos	Garantias	Vencimento	2021	2020
Banco do Brasil	(i) CDI + 1,2% a.a.	Aval + Duplicatas	21/03/2021	-	150.128
Banco Bradesco Europa	(ii) Libor EUR + 3,25% a.a.	Nota Promissória	22/07/2021	-	1.608
Diversos - Adiantamento s/ Cambiais Entregues	(iii) 2,1% a 3,79% a.a.	Duplicatas	30/12/2021	-	266.618
Banco Bradesco Finimp	(iv) 5,42% a.a.	-	01/04/2021	-	27.093
Bradesco Capital de Giro	(v) VC+4,55% a.a.	Aval	29/03/2021	-	268.604
				-	714.051

A Companhia liquidou todos os saldos de empréstimos e financiamentos durante o exercício de 2021 não remanescendo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Movimentação patrimonial dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Saldo 2020	Adição	Juros	IRRF	Amortização	Varição cambial	Saldo 2021
Banco do Brasil	150.128	27.563	1.092	19	(176.413)	(2.389)	-
Banco Safra	-	53.471	320	46	(50.584)	(3.253)	-
Bradesco Europa	1.608	-	16	2	(1.622)	(4)	-
Bradesco Finimp	27.093	-	380	60	(30.035)	2.502	-
Adto s/ Cambiais Entregues	266.618	76.913	4.608	-	(347.068)	(1.071)	-
Bradesco Giro	268.604	-	2.138	-	(276.614)	5.872	-
Citibank	-	54.154	213	32	(51.165)	(3.234)	-
Total Geral	714.051	212.101	8.767	159	(933.501)	(1.577)	-

Descrição	Saldo 2019	Adição	Juros	IRRF	Amortização	Varição cambial	Saldo 2020
Banco do Brasil	150.132	-	5.939	-	(5.943)	-	150.128
Bradesco Europa	5.463	-	129	19	(5.572)	1.569	1.608
BNDES	3.996	-	62	-	(4.058)	-	-
Debêntures	67.646	-	2.585	-	(83.522)	13.291	-
Banco Citibank	71.146	-	2.198	388	(96.014)	22.282	-
Adto s/ Cambiais Entregues	170.503	128.439	8.096	-	(70.400)	29.980	266.618
Banco Safra	8.418	-	50	7	(10.713)	2.238	-
Bradesco Finimp	81.048	24.905	2.576	363	(106.448)	24.649	27.093
Santander Finimp	50.753	-	821	197	(65.024)	13.253	-
Bradesco Giro	-	265.300	9.176	-	-	(5.872)	268.604
Total Geral	609.105	418.644	31.632	974	(447.694)	101.390	714.051

17 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	96.724	77.793
Fornecedores risco sacado (i)	304.054	46.983
Fornecedores estrangeiros	245.039	367.249
	645.817	492.025

- (i) Fornecedores risco sacado: tratam-se de passivos financeiros caracterizados pela antecipação de pagamentos a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, com o custo financeiro implícito de 10,5% a.a. em 31 de dezembro de 2021. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

18 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia, foram constituídas provisões no passivo para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente, como segue:

	2021	2020
Tributárias	9.246	-
Trabalhistas	4.287	5.505
Cíveis (i)	105.486	68
Mais valia	8.886	8.886
	127.905	14.459

- (i) Provisão no valor de R\$101.400 vinculada à contingência judicial com nulidade das relações jurídicas (contratos de compra e venda, locação etc.) com declaração de subsistência de mútuo.

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias.

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia.

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

Provisão para contingências	Tributária	Trabalhista	Cível	Mais valia	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	6.912	1.423	9.148	17.483
(+) Complemento de provisão	-	2.945	294	-	3.239
(-) Baixa de provisão	-	(4.352)	(1.649)	(262)	(6.263)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	5.505	68	8.886	14.459
(+) Saldo incorporado	-	76	4.017	-	4.093
(+) Complemento de provisão	12.237	4.840	107.812	-	124.889
(-) Baixa de provisão	(2.991)	(6.134)	(6.411)	-	(15.536)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.246	4.287	105.486	8.886	127.905

Os principais processos são comentados a seguir:

Processos tributários

O prognóstico de perda possível que não estão provisionados montam o valor de R\$ 649.689 (R\$ 204.868 em 2020). Os principais processos são: (i) processo nº 2016000088 - impugnação ao auto de infração lavrado pela prefeitura de Manaus/AM face da AMZ (incorporada pela Videolar em 2015) referente à retenção de ISSQN na remessa de Royalties com valor atualizado de R\$ 118.517 (R\$ 49.739 em 2020); (ii) processo nº 5044721-47.2017.4.04.7100 - anulatório auto de infração MPF nº 1015400/00096/11 - PTA nº 10516.720002/2013-95 inadimplemento do compromisso de exportar, em razão da não comprovação da vinculação física - Drawback suspensão com valor corrigido de R\$ 75.195 (R\$ 73.147 em 2020); (iii) processo nº 5013192-3.2018.4.04.7100 - impugnação ao auto de infração lavrado pela Receita federal do Brasil em razão de suposta infração cometida pela empresa em procedimento de importação com valor corrigido de R\$ 22.944 (R\$ 19.913 em 2020); (iv) processo da Rimo (incorporada pela Videolar-Innova em 2021) relacionada à ICMS-ST no valor de R\$ 323.868 no qual o Estado de São Paulo exige o recolhimento dos benefícios da Zona Franca de Manaus ao estado, como ICMS-ST.

A Companhia possui depósitos judiciais tributários registrados no montante de R\$ 7.320 (R\$ 9.252 em 2020). Os principais processo são: (i) anulação de débito gerado pelo auto de infração 12266.721420/2015-86 não defendido pela WorldLog referente imputação de multa por retificação de NCM após prazo no valor de R\$ 566; (ii) Processo 0007521-72.2016.4.01.3200 por suposta falta de recolhimento de contribuições patronais no valor R\$ 685 (R\$ 685 em 2020); (iii) Processo 2006.32.00.005992-1 de exclusão do PIS/COFINS na base de cálculo do IR e CSLL no valor de R\$ 531 (R\$ 531 em 2020).

Processos trabalhistas

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual dos processos de reclamações trabalhistas.

A Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, para os quais a perda é possível no valor total de R\$ 9.419 (R\$ 9.809 em 2020), e para os quais a perda é considerada provável estão provisionados no valor total de R\$ 4.287 (R\$ 5.505 em 2020).

Processos cíveis

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 8.127 (R\$ 9.540 em 2020) para as quais a perda é possível. Os principais processos são (i) processo nº 22904/JPA – Cobrança de royalties referente contrato com marca Emtec com valor histórico de R\$ 6.588 (R\$ 6.588 em 2020); (ii) processo nº 5003503-20.2019.8.24.0038 - Sustação de protesto de duplicatas com valor da causa em R\$ 1.327.

A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas aos processos envolvendo principalmente discussões comerciais.

Mais valia

A mais valia reconhecida nos registros da companhia, é resultado da aquisição da Innova S.A onde existiam processos no polo passivo contingente com avaliação de risco possível, no montante total de R\$ 62.888, sendo R\$ 60.247 processos tributários e R\$ 2.641 processos trabalhistas, após a realização parcial dos processos o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 7.902 processos tributários (R\$ 7.902 em 2020) e de R\$ 984 processos trabalhistas (R\$ 984 em 2020).

Depósitos judiciais

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.047	1.440	4.057	14.544
(+) Adição	353	347	608	1.308
(-) Baixa	(148)	(418)	(4.357)	(4.923)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.252	1.369	308	10.929
(+) Saldo incorporado	-	531	-	531
(+) Adição	114	242	449	805
(-) Baixa	(3.748)	(544)	(57)	(4.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.618	1.598	700	7.916

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Companhia é de R\$ 1.373.666.

O capital social da Companhia é representado por 1.185.861 ações ordinárias e 363.859 ações preferenciais classe “A”, totalizando 1.549.720 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembléia geral.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial são provenientes de avaliações patrimoniais de terrenos e edificações disponíveis em Propriedade para Investimento e adoção do custo atribuído (*Deemed Cost*) sobre bens registrados no Imobilizado.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão realizados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que eles se referem.

A movimentação do saldo do ajuste de avaliação patrimonial foi como segue:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	109.807	109.968
Realização do ajuste avaliação patrimonial	<u>(245)</u>	<u>(161)</u>
Total	<u>109.562</u>	<u>109.807</u>

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Devido ao lucro do exercício no montante de R\$ 833.813, foi constituído R\$ 41.691 de reserva legal, totalizando R\$ 100.061 (R\$ 58.370 em 2020).

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) no mínimo 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, para pagamento de dividendos obrigatórios.

Os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$ 152.046 sendo R\$ 68.000 relativos ao ano de 2020 e R\$ 84.046 de dividendos intercalares de 2021. Aprovaram também a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 89.838, totalizando R\$ 241.884.

A movimentação dos dividendos é como segue:

	2021
Saldo em 1º de janeiro	-
(+) Dividendos distribuídos	152.046
(-) Pagamento de dividendos	<u>(151.322)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>724</u>

A movimentação dos juros sobre capital próprio é como segue:

	2021
Saldo em 1º de janeiro	-
(+) Juros sobre o capital próprio distribuído	89.838
(-) Pagamento de juros sobre capital próprio	(47.726)
(-) Imposto de renda retido na fonte	<u>(13.476)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>28.636</u>

e. Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva não poderá ser distribuída aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da Companhia, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social (§ 3º do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.598/1977).

No ano de 2020 foi utilizado R\$ 686.834 da reserva de incentivos fiscais para capitalização do aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 foi destinado o montante de R\$ 301.596 para a constituição de reserva de incentivos fiscais de ICMS e R\$ 48.719 para a reserva de incentivos fiscais de IRPJ.

f. Reserva de retenção de lucros

Em 13 de abril de 2021 e 16 de novembro de 2021 foram autorizadas a distribuição de dividendos no montante de R\$ 152.046, sendo R\$ 68.000 relativos ao ano de 2020 e R\$ 84.046 de dividendos intercalares de 2021, utilizando o saldo da reserva de lucros.

Foi constituída a reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 352.214 (R\$ 67.500 em 2020), totalizando o valor de R\$ 268.851 à disposição dos acionistas.

g. Reserva de ágio na alienação de ações

Em agosto de 2020, a operação de alienação das ações em tesouraria gerou um resultado positivo (lucro), este crédito foi registrado como reserva de ágio na alienação de ações, no patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ 1.

20 Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita operacional bruta	5.872.628	3.195.128
Créditos de incentivos fiscais (nota 27)	301.596	165.104
Impostos sobre as receitas	(971.659)	(530.281)
Devoluções	(28.342)	(13.207)
	5.174.223	2.816.744

21 Custos dos produtos vendidos

	2021	2020
Custo dos produtos vendidos	(3.217.174)	(1.834.642)
Custo de mercadoria revendidas	(6.506)	(9.797)
Gastos gerais de fabricação	(320.356)	(264.631)
Ociosidade na produção	(70.849)	(64.375)
Outros	(7.400)	(2.464)
	(3.622.285)	(2.175.909)

22 Despesas administrativas e vendas

	2021	2020
Despesas de folha de pagamento	(84.663)	(66.458)
Depreciação	(7.791)	(8.486)
Energia elétrica	(324)	(1.630)
Impostos e taxas	(2.632)	(2.413)
Provisões (*)	(106.353)	(1.818)
<i>Impairment</i>	485	8.785
Honorários advocatícios	(8.890)	(2.948)
Conservação de ativos	(475)	(634)
Despesas de viagens	(681)	(639)
Fretes e carretos	(128.641)	(93.892)
Manutenção e reparos	(13.475)	(959)
Consultoria e assessoria	(7.162)	(7.644)
Despesas de seguros	(872)	(771)
Licença de uso	(1.689)	(1.050)
Despesas de importação	(5.882)	(6.914)
Propaganda e publicidade	(299)	(451)
Outros	(10.310)	(2.010)
	<u>(379.654)</u>	<u>(189.932)</u>

(*) Provisão no valor de R\$101.400 vinculada transação judicial (nota explicativa 18).

23 Outras receitas (despesas) operacionais

	2021	2020
Venda de ativo	13.525	1.582
Perdas com baixa de ativo	(12.950)	(10.866)
Venda de sucata	3.772	3.556
Receita de locação	11.022	8.017
Recuperação de impostos (*)	665	81.739
Indenizações	(16.877)	(1.235)
Aumento no valor justo de propriedade para investimento (nota 13)	14.731	9.325
Perda em processo tributário (nota 11)	(18.926)	-
Outros	117	(346)
	<u>(4.921)</u>	<u>91.772</u>

(*) Em agosto de 2020, foi certificado o trânsito em julgado de ação própria Videolar-Innova S.A. do processo nº 5055615-53.2015.4.04.7100, as quais determinam a exclusão do ICMS da base de Cálculo do PIS/COFINS, e retroagem aos anos de 2010 à 2015. Em 2020, o efeito desta decisão, foi reconhecido no montante de R\$ 131.257, sendo R\$ 80.342 de principal registrado como recuperação de impostos e R\$ 50.915 de atualização monetária. Ao longo do exercício de 2021 houve a fruição do saldo deste processo.

24 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros e ganhos em aplicações financeiras	2.310	3.954
Varição monetária	302	52.078
Descontos obtidos	450	483
Receita com operações Swap	-	47.076
	3.062	103.591
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e outros	(9.012)	(29.791)
Descontos concedidos	(79)	(86)
Despesas bancárias	(2.072)	(1.271)
Despesa com operações Swap	(26.470)	(41.498)
Outras	(18.995)	(6.781)
	(56.628)	(79.427)
Variações cambiais, líquidas		
Variações cambiais ativas	211.421	936.401
Varição cambial passiva	(228.934)	(1.209.645)
	(17.513)	(273.244)

25 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Créditos sobre prejuízo fiscal	99.081	191.063
Ágio fiscal produzido por rentabilidade futura	-	64.657
Depreciação Societária x Fiscal	2.272	-
Créditos sobre diferenças temporárias: - créditos sobre provisões	51.209	(22.072)
Total de imposto de renda e contribuição social - Diferido Ativo	152.562	233.648
Ajuste de avaliação patrimonial	(56.484)	(56.567)
Imposto diferido sobre mais valia	(38.524)	(42.957)
Propriedade para Investimento	(67.775)	(26.548)
Depreciação Societária x Fiscal	(55.798)	(32.998)
Total de imposto de renda e contribuição social - Diferido Passivo	(218.581)	(159.070)
Total de imposto de renda e contribuição social - Diferido Líquido	(66.019)	74.578

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 291.415 (R\$ 561.952 em 31 de dezembro de 2020), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado, na rubrica de “Imposto de renda e Contribuição social diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

Os tributos diferidos gerados por essas diferenças temporárias são assim demonstrados:

	2021	2020
Variações cambiais líquidas	3.786	1.056
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	1.911	730
Perdas estimadas para valores recuperáveis de estoques	4.029	823
Ganho estimado de Crédito Tributário	-	(105.151)
Perdas estimadas para Provisão de PLR	-	19.500
Perdas estimadas diversas	21.869	9.550
Provisão para contingências judiciais	<u>119.019</u>	<u>8.573</u>
Total provisões (reversões)	<u>150.615</u>	<u>(64.919)</u>
Alíquota IR e CS - 25% e 9%	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IR/CS sobre diferenças temporárias	<u>51.209</u>	<u>(22.072)</u>

A Companhia, fundamentada nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2021 e aprovados pela Diretoria, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

Anos	2021	2020
Saldo Total do Prejuízo Fiscal	<u>291.415</u>	<u>561.952</u>
Diferido sobre o prejuízo fiscal	99.081	191.063
Alíquota Aplicada de IR e CS - 25% e 9%	34%	34%
Estimativa de Recuperação para os próximos anos	2021	2020
2021	-	128.827
2022	252.974	72.967
2023	38.441	79.874
2024 a 2029	<u>-</u>	<u>280.284</u>
	<u>291.415</u>	<u>561.952</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos

A reconciliação do resultado de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no montante de R\$ 265.571 em 2021 (R\$ 44.124 em 2020) estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.099.384	288.712
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(373.791)	(98.162)
Incentivos de Subvenções	105.124	56.146
Ágio fiscal produzido por rentabilidade futura	(64.657)	-
Movimentação Prejuízo fiscal (*)	(18.440)	82
Juros sobre capital próprio	30.545	-
Diferenças permanentes	(1.124)	115.296
Diferenças temporárias	38.613	(117.486)
Ajuste Avaliação - PPI	(36.219)	-
Outros	5.658	-
Isenção e Redução – Lucro da exploração	48.720	-
Total do IR Corrente e Diferido	(265.571)	(44.124)
Alíquota efetiva	24%	15%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(117.197)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(148.374)	(44.124)

(*) A movimentação do prejuízo fiscal é relativa ao prejuízo fiscal apresentado no exercício.

c. Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	2021	2020
Imposto de renda	-	1.347
Contribuição social	-	-
	-	1.347

Regime tributário de transição

A Companhia optou pelo Regime Tributário instituído pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas de acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Legislação.

Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 12.973/14 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (“EFC”) no ano de 2016.

26 Informações sobre partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são: Matsukawa Holding Co LLP e EMTEC Participações Ltda.

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 5.000, conforme aprovado em Assembléia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2021.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.650 (R\$ 3.664 em 2020).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

27 Incentivos fiscais

Incentivo	2021	2020
Benefício fiscal do ICMS na saída de bens intermediários (nota 20)	192.714	130.366
Benefício do FUNDOPEM/RS (nota 20)	<u>108.882</u>	<u>34.738</u>
	<u>301.596</u>	<u>165.104</u>

28 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

b. Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	84.043	65.088
Contas a Receber	875.594	718.650
Instrumentos financeiros	-	5.078
Outras contas a receber	3.846	1.869
	<u>963.483</u>	<u>790.685</u>

Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia esteja exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda de crédito esperada, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 9 - Contas a receber.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação, portanto podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial:

	Fluxo de caixa contratual					
	Valor contábil	Total	Até 1 ano	2-3 anos	4 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores	645.817	645.817	645.817	-	-	-
	645.817	645.817	645.817	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa apresentados acima sejam antecipados significativamente.

(iii) Risco de mercado

a. Risco com taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras remuneradas à variação da taxa de juros CDI. Em 31 de dezembro de 2021, esses ativos somam o valor de R\$ 79.216.

	2021	2020
Instrumento de taxa variável		
Aplicação financeira	79.216	51.384
	79.216	51.384

Análise de sensibilidade à variação da taxa da CDI

Para estimar os principais indicadores financeiros destinados à análise de sensibilidade, a Companhia utiliza a pesquisa Focus, organizada pelo Banco Central do Brasil e baseada no levantamento de previsões de instituições financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI/SELIC de 11,25% para o ano de 2022, ante a taxa efetiva de 9,25% verificada no ano de 2021.

	Cenário provável	Cenário I - redução de 25%	Cenário II - redução de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2021	9,25%	6,94%	4,63%
Aplicações financeiras	79.216	79.216	79.216
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	11,25%	8,44%	5,63%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	1.584	1.188	792

b. Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos:

		2021		2020	
		Valor nominal moeda estrangeira	R\$	Valor nominal moeda estrangeira	R\$
Fornecedores Estrangeiros	USD	43.894	244.952	69.846	362.970
Fornecedores Estrangeiros	EUR	14	87	665	4.240
Fornecedores Estrangeiros	GBP	-	-	5	39

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

Análise de sensibilidade cambial

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2021. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do Real na paridade do Dólar e do Euro.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do Dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2021 de R\$ 5,58 por US\$ 1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).
- **Risco:** Flutuação do dólar

		Receita (despesa) com variação cambial em R\$				
		Valor de referência US\$	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Taxa do dólar			4,1854	2,7903	6,9756	8,3708
Fornecedores Estrangeiros	244.952		341.739	683.477	(341.739)	(683.477)
Resultado financeiros – receita/ (despesa)			341.739	683.477	(341.739)	(683.477)

Para as operações cambiais com risco de flutuação do EURO, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2021 de R\$ 6,3210 por EUR \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).
- **Risco:** Flutuação do euro

Receita (despesa) com variação cambial em R\$					
	Valor de referência EUR	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Taxa do euro		4,7408	3,1605	7,9013	9,4815
Fornecedores estrangeiros	87	137	275	(137)	(275)
Resultado financeiros - receita (despesa)		137	275	(137)	(275)

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(v) Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (“Fair Value”), incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2021:

	Classificação	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	Hierarquia
		2021	2021	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	4.827	4.827	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	79.216	79.216	-
Contas a receber	Custo amortizado	875.594	875.594	-
Outras contas a receber	Custo amortizado	3.846	1.869	-
Total		963.483	961.506	
Passivos financeiros				
Fornecedores	Outros passivos financeiros	645.817	645.817	-
Total		645.817	645.817	

Em 31 de dezembro de 2020:

	Classificação	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	Hierarquia
		2020	2020	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	13.704	13.704	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	51.384	51.384	-
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	5.078	5.078	Nível 2
Contas a receber	Custo amortizado	718.650	718.650	-
Outras contas a receber	Custo amortizado	1.869	1.869	-
Total		790.685	790.685	
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	714.051	714.051	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	492.025	492.025	-
Total		1.206.076	1.206.076	

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

A Videolar-Innova usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Gerenciamento de capital

Um dos objetivos da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

29 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 2.582.854 para danos materiais e R\$ 508.936 para lucros cessantes. Para riscos nomeados, a cobertura era composta por R\$ 1.280.620 para danos materiais e R\$ 92.894 para lucros cessantes. Para responsabilidade civil geral R\$ 100.000 e para seguro de riscos ambientais R\$ 100.000, para o seguro D&O cobertura de R\$ 120.000. Seguro aeronáuticos - casco & responsabilidade civil facultativa US\$ 159.190, seguro RETA R\$ 1.520.

Para o seguro de transporte de cargas nacional, a cobertura é de R\$ 3.000 por embarque terrestre até R\$ 72.000 por embarque aéreo e aquaviário. No Transporte internacional importação a cobertura de US\$ 35.000 exclusivamente para monômero de estireno a granel e poliestireno a granel; US\$ 15.000 para as demais mercadorias por veículo/viagem aquaviária; US\$ 5.000 para o transporte aéreo das demais mercadorias ou US\$ 5.000 por veículo/viagem rodoviária. Para seguro de transporte exportação, a cobertura era de US\$ 10.000 exclusivamente para etilbenzeno e estireno e US\$ 1.000 para as demais mercadorias por veículo/ embarcação/ aeronave/ viagem ou acúmulo.

A cobertura para o seguro de vida em grupo dos funcionários tem como múltiplo salarial de 18 vezes, limitados a R\$ 1.000 de cobertura.

* * *

Diretoria

Lírio Albino Parisotto
Diretor Presidente

Reinaldo José Kröger
Diretor Vice-Presidente

Cláudio da Rocha Filho
Diretor Comercial & Operações

Christian Barg
Diretor Industrial

José Lemos de Carvalho Junior
Diretor Financeiro

Conselho de Administração

Lírio Albino Parisotto

Elie Linetzky Waitzberg

Liz Vanin Parisotto

Raphael David Wojdyslawski

Contador

Marcus Vinícius de Souza
CRC SP 287.155/O-4